Uma breve história da industrialização cearense

Carlos Negreiros Viana*

Introdução

A pretensão principal que se buscou atingir, na elaboração do presente artigo, foi a de reconstituir, de forma sintética, a história da industrialização cearense, desde a fundação da primeira fábrica de tecidos, em 1881, até o ano 2000, último ano do século XX.

A percepção de que a década de 1950 representa um ponto de clivagem no processo de industrialização do Ceará, ocorrida já nas fases preliminares das pesquisas e reflexões sobre o tema, acabou por nortear a estrutura da reconstituição pretendida e, dessa forma, do artigo ora apresentado.

Assim, este artigo se mostra dividido em duas grandes seções: uma, que trata da industrialização cearense ocorrida antes da década de 1950, e, outra, que reconstitui a história da indústria no Ceará após 1950. Há, ainda, uma terceira seção, que, a título de considerações finais, apresenta uma síntese das mais relevantes conclusões alcançadas ao longo de todo o trabalho.

Ao período que se estende da instalação da primeira fábrica, a da Pompeu & Irmãos, em 1881, até o final da década de 1940, que corresponde à primeira das supracitadas seções, deu-se a denominação de "Fase Espontânea", já que ela apresenta, como características mais marcantes, a ausência da intervenção estatal planejada na implantação

* Mestre pela Universidade de Brasília. Professor Assistente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará/Campus de Sobral.

e desenvolvimento do setor industrial cearense e o surgimento e evolução deste como resultado da ação "espontânea", normalmente, de um indivíduo ou de um grupo familiar.

Já a referida segunda seção, que cobre o período de 1950 a 2000, mostrar-se-á ela subdividida em duas partes: a primeira, que se intitulou de "Fase da Intervenção Planejada", pois se caracteriza pela intervenção planejada do Estado no processo de industrialização do Ceará, que tem início com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nos anos cinquenta se prolonga até o começo do primeiro "Governo das Mudanças", em 1987. Já a segunda, que enfoca o subperíodo 1987-2000, por seu turno, ganhou a denominação de "Fase da 'Guerra Fiscal'", pois tem, como características essenciais, os esvaziamento das ações das Instituições estatais federais de fomento ao desenvolvimento econômico do Nordeste (BNB/SUDENE) e adoção de políticas públicas de âmbito estadual, visando à atração de capitais para inversões industriais, resultantes do esgotamento das políticas econômicas de feições keynesianas, que tem início no primeiro governo de Tasso Jeireissati, em 1987, e se estende até o ano 2000.

1 A Industrialização Cearense antes da década de 1950: a Fase Espontânea

O surto de investimentos industriais que se verifica no Ceará, nas duas últimas décadas do século XIX, coincide com a primeira vaga significativa de industrialização em quase todos os centros de economia de mercado do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre etc. (SINGER)(11)

A acelerada dinamização propiciada à economia cearense pelo surto de exportação de algodão de 1864 a 1875, pelos elevados gastos públicos com as consequências da seca de 1877-79 e pela intensificação das exportações de escravos para outras províncias, sobretudo nos anos daquela seca, acabou criando, diretamente e através de seus desdobramentos, um contexto extremamente favorável para a realização de inversões em empreendimentos industriais no Ceará, nos dois últimos decênios daquele século (VIANA)(15).

Datam desse período as instalações das quatro primeiras fábricas de fios e tecidos de algodão (Pompeu & Irmãos, em 1881; Ceará Industrial, em 1889; Fábrica de Sobral, em 1894; e Santa Teresa, em 1895), da primeira fábrica de óleo de caroço de algodão (Fábrica Proença, 1885) e das duas primeiras grandes fábricas de redes de dormir (União & Trabalho, em 1893, e Progresso, em 1899) (NOBRE)(9). (Tabela 1).

Tabela 1 - Estabelecimentos Industriais Instalados no Ceará de 1881 a 1900.

Nome	Ano	Localização
Pompeu & Irmãos	1881	Fortaleza
Fábrica Proença	1885	Baturité
Ceará Industrial	1889	Fortaleza
Cia. Fabril Cearense de Meias	1892	Fortaleza
União & Trabalho	1893	Fortaleza
Fábrica de Sobral	1894	Sobral
Fábrica Santa Teresa	1895	Aracati
Fábrica Progresso	1899	Fortaleza
Fábrica Iracema	1900	Fortaleza

Fonte: NOBRE(9) e VIANA(15).

As características fundamentais, apresentadas pela nascente indústria cearense, serão praticamente as mesmas que este setor econômico conhecerá no Estado até a década de 1950: a produção predominante de bens derivados do algodão (fios e tecidos, óleos e sabões e redes de dormir), visando sobretudo atender a uma demanda local por produtos de baixa qualidade, e o caráter autóctone dos capitais investidos na atividade industrial (ANDRADE)(2).

Essa fase inicial da indústria cearense será marcada pelo pioneirismo de empreendedores como o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929), fundador da primeira fábrica de tecidos (1881) e da segunda grande fábrica de redes de dormir (1899), João Cordeiro (1842-1931) e Bernardino Proença, os primeiros empresários a produzirem industrialmente o óleo de caroço de algodão no Ceará (1885) (VIANA)(15).

A tabela 2 possibilita, de forma sintética, uma boa visão do estágio em que se encontrava o processo de industrialização no Ceará, no fim do século XIX e início do século XX.

Tabela 2 - Número de Estabelecimentos Existentes, por Ramo Industrial, no Ceará, de 1895 a 1907.

	1895	1896	1897	1899	1900	1902	1907
Fiação e Tecelagem	4	4	4	4	4	4	4
Redes	1	1	1	2	2	2	3
Meias	1	1	2	-	-	-	-
Cigarros	3	3	3	7	8	6	7
Vinho de Caju	-	5	5	2	2	2	4
Bebidas	5	4	4	-	-	-	-
Curtumes	-	1	1	-	-	-	-
Cal-marmoraria	1	1	1	1	1	1	1
Louças	-	1	-	-	-	-	-
Chapéu-de-sol	-	1	2	2	2	1	3
Tijolos e telhas	-	2	1	1	1	1	1
Refinação-de-açúcar	1	1	1	2	1	4	5
Gelo	1	1	1	1	1	1	1
Gravatas	-	1	1	2	-	-	-
Torrefação-de-café	-	1	3	3	2	2	2
Padarias	-	16	18	12	15	20	18
Fundições	2	2	2	2	2	2	2
Destilação	-	-	1	6	4	4	3
Massas alimentícias	-	-	1	1	3	3	1
Chapéus	-	-	-	2	3	3	-
Malas	-	-	-	1	-	-	-
Velas de cera	-	-	-	1	-	-	-
Doces	-	-	-	-	-	-	2
Sabão	2	4	3	2	2	2	2
Óleos	-	1	-	1	1	1	-
Sabão e óleos	-	1	-	1	1	1	7
Calçados	-	-	1	1	1	-	-

Fonte: VIANA, p. 123 (15).

O próximo momento importante referente à industrialização cearense, antes da década de 1950, ocorrerá com um surto de investimentos industriais que terá início em 1919 e se estenderá por toda a década de 1920.

Esse surto, que está contextualizado dentro de um dos períodos de maior prosperidade econômica vivida pelo Ceará, em toda a sua história, e que foi motivado fundamentalmente pelo fantástico "boom" das exportações de algodão a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, começará com a instalação da Usina Gurgel, em 1919, e prosseguirá com as inaugurações das fábricas da Cia. Industrial de Algodão e Óleo

(CIDAO), em Sobral e Iguatu, em 1922, da Usina Ceará, em 1924, das fábricas Santo Antônio e São Luís, em 1925, das fábricas São José, Baturité e Araken e das usinas Cariri e Açucareira Cearense, em 1928, e da Fábrica Myriam, em 1929 (NOBRE)(9). (Tabela 3).

Tabela 3 - Estabelecimentos Industriais Instalados no Ceará de 1919 a 1929.

Nome	Ano
Usina Gurgel	1919
Fábrica da CIDAO (Sobral)	1922
Fábrica da CIDAO (Iguatu)	1922
Usina Ceará	1924
Fábrica Santo Antônio	1925
Fábrica São Luís	1925
Fábrica São José	1928
Fábrica Baturité	1928
Fábrica Araken	1928
Usina Cariri	1928
Usina Açucareira Cearense	1928
Fábrica Myriam	1929

Fonte: NOBRE(9) e VIANA(15).

Como, excetuando-se a Fábrica Araken, que produzia artigos derivados do fumo, as usinas de açúcar Cariri e Açucareira Cearense e a Fábrica Myriam, que fabricava óleo de oiticica, todos os outros empreendimentos industriais supracitados se destinavam à produção de bens derivados do algodão, pode-se deduzir que essa segunda onda de inversões industriais, apesar de ter contribuído significativamente para a expansão da capacidade produtiva, não promoveu alterações nas características essenciais da indústria cearense, traçadas ainda na ocorrência do primeiro surto, já que os capitais que financiaram tais investimentos continuaram a ter também um caráter autóctone.

Não seria exagero se dizer que a ocorrência desse segundo surto de investimentos industriais no Ceará dependeu fundamentalmente das capacidades empreendedoras de Theophilo Gurgel (1855-1926), fundador da Usina Gurgel e sócio da firma que instalou a Usina Ceará, de Antônio Diogo de Siqueira (1864 – 1932), um dos sócios da Siqueira, Gurgel, Gomes & Cia. Ltda., proprietária da referida última usina, e dono da Fábrica Araken, e de Pedro Phimomeno Ferreira Gomes (1888-1893), sócio dos dois primeiros empresários na Usina Ceará e do irmão, Otávio Philomeno Ferreira Gomes, na Fábrica São José.

Cabe ressaltar que, se o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil pode ser considerado o vulto empresarial de maior destaque no primeiro surto de inversões industriais no Ceará, o Cel. Antônio Diogo merece a posição de maior relevo nesse segundo: ele, que estava a viver o auge de sua capacidade de empreendedor na década de 1920, além de fundador da Usina Ceará e da Fábrica Araken, acabou se tornando arrendatário da Fábrica Santo Antônio, pertencente a Andrade & Cia., e coproprietário da Fiação São Luís, ambas instaladas nesse período.

Não seria demais lembrar que Antônio Diogo de Siqueira era pai do primeiro Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Waldyr Diogo de Siqueira (1910-1970), enquanto o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil era avó do segundo presidente da mesma instituição, o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Neto (1908-1985).

Um fato que merece saliência concernente aos estabelecimentos industriais instalados no Ceará, durante os dois referidos surtos de inversões, diz respeito à longevidade da maioria deles: as quatro primeiras fábricas de fios e tecidos (Pompeu & Irmãos, Ceará Industrial, Fábrica de Sobral e Santa Teresa), mais as quatro fábricas têxteis fundadas na década de 1920 (Santo Antônio, São Luís, São José e Baturité), bem como as fábricas de óleos vegetais da CIDAO (Sobral e Iguatu) e a Usina Ceará permanecem em atividade até a década de 1950, período no qual tem início profundas transformações nas características das indústrias nordestina e cearense, ou chegam a superá-la.

Com a cessação desse segundo de investimentos, a indústria cearense não mais conhecerá inversões em novas fábricas de cigarros e apenas verá instalações de novos estabelecimentos produtores de fios e tecidos de algodão na década de 1940.

No caso da indústria cigarreira, que se constituía num dos pilares da atividade industrial no Ceará, até a década de 1930, juntamente com a indústria têxtil de algodão (fiação, tecelagem e redeira) e com a de óleos e sabão, o declínio que se inicia nos primeiros anos daquela década, em consequência da instalação de uma fábrica da Souza Cruz, em Recife, consolidar-se-á com o encerramento de atividades, em 1941, da Fábrica Iracema, que existia desde 1900, apesar da Fábrica Araken continuar a produzir até meados dos anos 1970 (VIANA)(17).

Já a indústria de fiação e tecelagem de algodão cearense terá sua capacidade de produção expandida, na década de 1940, com a entrada

em funcionamento das fábricas da Indústria de Tecidos Maranguape, da J. Macêdo, da Cia. Gasparian do Norte e do Cotonifício Santa Teresa (a Fábrica Santa Cecília, o maior e mais significativo de todos esses empreendimentos) (ARAGÃO)(4).

A partir de 1934, a economia cearense conhecerá um novo surto de inversões restrito apenas ao setor produtor de óleos vegetais. Desse ano a 1941, foram instalados oito novos estabelecimentos que se dedicarão, quase que exclusivamente, a extração do óleo de oiticica, dentre os quais merecem destaque os pertencentes a Brasil Oiticica S/A e a Saboya de Albuquerque Industrial Ltda. (GIRÃO)(8). (Ver Tabela 4).

Tabela 4 - Fabricantes de Óleos Vegetais Instalados no Ceará de 1934 a 1941.

–	Brasil Oiticica S/A
–	S/A Industrial de Óleo do Nordeste
–	Ceará Óleo Vegetal Ltda.
–	Empresa Nordestina de Óleos Vegetais Ltda.
–	J. Chaves & Irmão
–	Cia. Industrial Santana
–	Saboya de Albuquerque Industrial Ltda.
–	Irmãos Pompeu & Cia. Ltda.

Fonte: GIRÃO(8).

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a indústria cearense conhecerá um dos momentos de maior prosperidade de toda a sua história, já que as condições extremamente favoráveis as exportações de óleos vegetais e de tecidos de algodão, criadas pelas dificuldades de importação do exterior e de intercâmbio comercial entre os estados brasileiros, consequências do conflito, bem como pelo "esforço de guerra", possibilitaram um crescimento da produção desses bens e dos lucros de suas vendas em níveis nunca vistos anteriormente.

A ocorrência desse "boom" de exportações de óleos vegetais pode ser atribuída, em sua quase totalidade, ao papel pioneiro desempenhado pela firma Brasil Oiticica S/A: além de ser a descobridora do processo de liquefação do óleo de oiticica (óleo secativo utilizado nas indústrias de tintas e vernizes), do qual passou a ser a exportadora quase exclusiva, ela foi a primeira empresa cearense a prensar, em grande escala, o óleo de mamona, também do qual passou a dominar a maior parte das exportações no Estado (NOBRE)(9).

Cabe ressaltar que o pioneirismo da Brasil Oiticica não se restringiu, nesse período, ao que se acabou de descrever, já que, nele, ela também passou a industrializar a castanha de caju, quer para a produção do óleo de sua casca (LCC), quer no aproveitamento da sua amêndoa para fins comestíveis (ALMEIDA)(1).

Por seu turno, o óleo de caroço de algodão cearense, ao contrário dos óleos de oiticica e de mamona, que se destinavam aos mercados externos, sobretudo ao norte-americano, encontrará a sua maior demanda no mercado paulista (idem). (Tabela 5).

Tabela 5 - Produção dos Principais Óleos Vegetais no Ceará (1944-1946).

Óleos	Quantidade (t)		
	1944	1945	1946
Caroço de algodão	3.250	3.566	3.394
Coco babaçu	1.849	910	682
Mamona	2.175	2	1.269
Oiticica	6.353	8.323	12.164
	Valor (Cr$ 1.000)		
Caroço de algodão	11.134	11.727	11.815
Coco babaçu	9.736	4.495	3.511
Mamona	7.627	5	4.804
Oiticica	38.810	42.530	70.326

Fonte: ALMEIDA, p. 132(1).

No que tange à indústria de tecelagem de algodão cearense, a implementação do "Convênio Têxtil", firmado com o governo federal pelo empresariado do setor, em todo o país, estimulou, de modo excepcional, a expansão da produção de tecidos, que se baseou na sobreutilização da capacidade produtiva instalada, permitindo, assim, a auferição de lucros que se situaram em níveis nunca antes atingidos por seus produtores, o que possibilitou, por seu turno, significativas ampliações do capital social, em várias firmas do ramo, fato que já não ocorria, em algumas delas, há muito tempo (VIANA)(15). (Tabela 6).

Parcela da produção de tecidos cearenses, durante a Segunda Guerra, e imediatamente após esse conflito, chegou a ser exportada para alguns países latino-americanos e para a União Sul-Africana (à época), tendo tido papel saliente, nas transações com os países da América Central, o comerciante Carlos Jereissati (VIANA)(15).

Tabela 6 - Produção Brasileira e Produção Cearense de Tecidos de Algodão (1937-1949).

Ano	Produção Brasileira (toneladas)	Produção Cearense (metros)
1937	107.268	8.630.153
1938	109.196	9.016.198
1939	107.268	9.005.000
1940	100.820	7.434.807
1941	118.760	11.200.000
1942	128.233	10.854.488
1943	169.720	12.993.917
1944	165.924	13.332.481
1945	130.252	12.209.670
1946	137.058	11.178.000
1947	127.612	8.613.000
1948	134.369	9.391.250
1949	--	10.272.000

Fonte: VIANA, p. 233(15).

Ironicamente, com o encerramento dessa fase de grande prosperidade econômica, logo no imediato pós-guerra, a indústria cearense conhecerá o início do período crítico que culminará com fim da sua primeira etapa de implantação, que denominamos de "Fase Espontânea".

2 A industrialização cearense depois de 1950: as fases da intervenção planejada e da "Guerra Fiscal"

2.1. A fase da intervenção planejada (1950-1987)

2.1.1 A integração econômica nacional e as novas funções da indústria nordestina

A década de 1950 representará um período de inflexação não somente para a indústria cearense, mas também para toda a indústria nordestina, já que o processo de industrialização que nela terá início se dará no contexto da substituição das economias regionais brasileiras por uma economia de amplitude nacional integrada.

Com a integração econômica nacional, desenvolver-se-á uma divisão inter-regional do trabalho, que firmará a hegemonia da região onde a expansão do capitalismo e das atividades industriais encontraram melhores condições de desenvolvimento no Brasil - o Estado de São Paulo.

O crescimento industrial dessa área passará a formar e a reformar a distribuição das atividades produtivas em escala nacional. Tanto a posição das outras regiões no quadro da economia brasileira como suas perspectivas de crescimento, e a própria divisão social do trabalho que nelas se processará, passarão a depender não apenas de suas características particulares ou das relações com o exterior, mas, sobretudo, do tipo e da natureza do relacionamento que elas manterão com a região hegemônica.

Voltando suas políticas e ações para os interesses do processo de industrialização e da região onde ela mais se expandira, como também tendo por objetivo a integração econômica inerente ao desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no Brasil, o Estado adotará medidas para romper o protecionismo que as distâncias e o isolamento, bem como a legislação, criavam entre os diversos estados. Para facilitar uma circulação nacional das mercadorias produzidas no Sudeste (sobretudo em São Paulo), serão realizados investimentos em infraestrutura, principalmente em construções de rodovias pavimentadas, e derrubadas as barreiras alfandegárias entre os estados da federação.

Nesse contexto de integração de mercados em âmbito nacional, resultante da consolidação do capitalismo, em sua fase monopolista, no Brasil, a indústria nordestina, ao perder competitividade em relação à do Sudeste, perderá também os seus próprios mercados para os produtos industrializados nessa região, o que ampliará, ainda mais, o desnível dos estágios de desenvolvimento econômico entre o Nordeste e o Sudeste.

Em decorrência da percepção desse crescente distanciamento entre as economias do Sudeste e do Nordeste e do agravamento das tensões sociopolíticas nessa última Região, no período, serão criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1954, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, institucionalizando-se, assim, uma forma de intervenção planejada na economia nordestina.

O Plano Diretor da SUDENE, datado de dezembro de 1961, apresentará, como meta principal, para minorar os problemas econômicos nordestinos, a necessidade de se implementar uma política de industrialização na Região, tomando como base as sugestões já constantes no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Essa política de industrialização do Nordeste será viabilizada pelos incentivos fiscais do Sistema 34/18, que objetivava a captação de recursos, sobretudo no Sudeste, para inversões na Região. Dessa forma, a rentabilidade promovida pelo subsídio ao capital teria um papel preponderante na crescente expansão dos investimentos industriais.

Esse projeto de industrialização do Nordeste, resultado da ação conjunta da SUDENE e do BNB, no entanto, em lugar de criar um centro industrial autônomo para a Região, foi implantado de forma espacialmente concentrada, dependente e complementar da indústria do Sudeste, com total descaso, portanto, pela estrutura industrial nordestina já existente.

2.1.2 A crise da indústria cearense durante a década de 1950 e início da década de 1960

A década de 1950, no primeiro ano da qual foi criada a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), representará um período crítico para a indústria cearense.

Além dos problemas trazidos com o processo de integração de mercados em âmbito nacional, o setor industrial cearense enfrentará sérias dificuldades relativas, sobretudo, à escassez de matérias-primas, ao fornecimento de energia e à restrição do crédito bancário.

Logo no início dessa década, de 1951 a 1953, o Ceará foi assolado por uma seca, em decorrência da qual a produção de matérias-primas para a indústria de óleos vegetais escasseou tão intensamente que levou à paralisação de atividades em alguns estabelecimentos desse setor industrial (ALMEIDA)(1).

Essa escassez de matérias-primas continuará em 1954 e fará com que as firmas Siqueira Gurgel & Cia. Ltda., Albino Farias & Cia., Empresa Industrial Ltda., Indústrias Machado S/A e Indústrias de Óleo S/A, firmem, entre si, um acordo com o objetivo de planificar a compra de caroço de algodão, estabelecida por cotas, relativamente à safra 1955-1956 (idem).

Em meio a estas adversidades vividas pela indústria de óleos vegetais, a Siqueira Gurgel & Cia. Ltda. dará início a produção de óleos refinados no Ceará, quando passa a fabricar, em 1953, óleos comestíveis de algodão, de soja e composto de algodão e soja, vendidos com a denominação de "Óleo Pajeú" (ALMEIDA)(1).

Não seria demais lembrar que a Siqueira Gurgel ainda lançaria, durante a década de 1950, as seguintes marcas de produtos: "Cariri" (registrada em 1954) – óleo comestível de babaçu e gordura comestível de tucum, "Sigel" (1956) – sabonete, e "Pavão" (1959) – sabão marmorizado.

A crise energética, com a qual começou a se deparar a indústria cearense no fim da Segunda Guerra Mundial, atravessaria toda a década de cinquenta e somente seria solucionada com a chegada da energia de Paulo Afonso, a Fortaleza, em 1964.

Logo no final da Segunda Guerra, utilizando-se das reservas acumuladas nos prósperos anos daquele conflito, algumas empresas começam a dotar os seus estabelecimentos com geradores termoelétricos, o que permitiu a substituição da força motriz predominante, até então, a do vapor. É sabido, no entanto, que a utilização de energia termoelétrica apresenta elevados custos de operação e baixa produtividade, o que contribui, sobremaneira, para a elevação dos custos de produção das empresas (VIANA)(15).

Para se ter uma ideia da gravidade da escassez de energia, no Ceará, no período que vai do fim da Segunda Guerra a meados dos anos 1960, basta recordar que, na impossibilidade da The Ceará Light, Tramway and Power Co. Ltd., a concessionária do fornecimento de energia pública em Fortaleza, atender ao consumo público, várias empresas privadas, principalmente as têxteis, complementaram a oferta de energia, com sobras do que geravam, até 1954. A partir de 1955, apesar da inauguração da Usina do Mucuripe, a firma Gomes & Cia. permanecerá fornecendo energia, mesmo com várias interrupções temporárias. Em Sobral, a construção da Usina Dr. José Saboya, iniciada em 1947 e concluída em 1952, pela Cia. de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano (CFTED), permitiu que essa firma suprisse de energia não apenas a cidade, mas também a inúmeros núcleos urbanos circunvizinhos, por um período que se estendeu até a primeira metade dos anos 1960 (VIANA)(15).

No Ceará, cuja indústria têxtil produzia apenas tecidos populares, a crise que começou afetar todo o setor no Brasil, a partir de 1956, é sentida com mais intensidade, em conseqüência da redução do já pequeno poder aquisitivo de suas camadas socioeconômicas mais desprivilegiadas. A retração do consumo, resultante dessa diminuição da renda, levou a um aviltamento dos preços e a um aumento considerável dos estoques de tecidos, acarretando prejuízos ou reduções significa-

tivas nos lucros e compelindo as empresas a procurarem financiamentos bancários onerosos de curto prazo (VIANA)(15).

Em 1959, a delicada situação da indústria têxtil cearense se agravaria, mais ainda, como resultado da restrição de financiamentos por parte das instituições bancárias, levando algumas firmas a pedirem concordata, como foi o caso do Cotonifício Leite Barbosa e da Cia. Têxtil José Pinto do Carmo, ou apenas a suspenderem a produção de tecidos, como fizeram a Gomes & Cia. e a A. D. Siqueira (VIANA)(15).

No começo dos anos 1960, as empresas que haviam suspendido suas produções de tecidos voltam a produzi-los, porém por pouco tempo. A crítica conjuntura econômica brasileira, que é marcada por uma aceleração inusitada da curva inflacionária, no entanto, vem dar o último e fatal golpe em algumas empresas, que, assim, paralisam definitivamente suas atividades. Depois de 1964, somente três firmas permanecerão produzindo tecidos de algodão no Ceará: a Cia. de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano (CFTED), o Cotonifício Leite Barbosa e a Thomaz Pompeu de Sousa Brasil S/A – coincidentemente, continuações de três, das quatro, primeiras firmas constituídas, no Ceará, com o objetivo de produzir fios e tecidos de algodão (VIANA)(15).

2.2 O Projeto Asimow e o PUDINE: tentativas de interiorização da indústria cearense nos anos 1960

Apesar da intervenção conjunta da SUDENE e do BNB ter resultado numa intensa dinamização da economia nordestina como um todo, principalmente após o advento dos artigos 34/18, no Ceará, essa dinamização acabou assumindo contornos retardatários ou de perda relativa de posição, dado que os projetos mais significativos, tanto sob o aspecto do capital aplicado quanto sob a perspectiva de efeitos para frente e para trás, foram implementados na Bahia e em Pernambuco (SOARES)(12).

A percepção de que a indústria cearense se apresentava despreparada para fazer um uso mais intenso dos incentivos postos à disposição do Nordeste e a de que a economia cearense tendia a seguir uma rota de crescente perda de importância relativa no cenário regional, resultante dos estímulos assimétricos propiciados às economias baiana e pernambucana pelos incentivos do Mecanismo 34/18, levou à criação da Cia. de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), pelo governo estadual, em

1962. A CODEC teria, por objetivo exclusivo, a aceleração do processo de captação de projetos industriais para o Estado (SOARES)(12).

Com uma atuação agressiva, a CODEC conseguiu reverter o quadro de passividade em que a indústria cearense havia se inserido no princípio dos anos 1960. Como reflexo do seu desempenho, no ano de 1969, a SUDENE havia liberado cerca de 100 aprovações de projetos industriais para o Estado do Ceará, dos quais, aproximadamente, a metade or meio de apoio da CODEC (SOARES)(12).

Envolvida integralmente na tarefa de criar condições infraestruturais para atrair investimentos para o Ceará (as soluções dos problemas de abastecimento de água e de fornecimento de energia), a CODEC acabou contribuindo para agravar a concentração das atividades industriais na Região Metropolitana de Fortaleza (SOARES)(12).

Para tentar uma reversão desse processo de concentração espacial da indústria cearense em Fortaleza, na década de 1960, que resultou das ações do BNB, SUDENE e CODEC, foram elaborados e implementados dois programas de industrialização do interior do Estado: o Projeto Asimow e o Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE) (SOARES)(12).

O Projeto Asimow, que se concretizou por meio de um convênio entre a Universidade da Califórnia (UCLA), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BID), e contou com o apoio da Fundação Ford e USAID, elegeu como área de atuação a Região do Cariri, onde acabou implementando os projetos de uma fábrica de cimento, de um fábrica de rádios transistorizados, de um fábrica de telhas e tijolos e de uma fábrica de beneficiamento de milho, que foram os primeiros estabelecimentos a utilizar a energia de Paulo Afonso, já que aquela zona do Estado foi a primeira a ser atingida pelas linhas de transmissão da Cia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF (SOARES)(12).

Em 1966, decidida a preservar o que havia de melhor nas ideias do Projeto Asimow e a combater os seus pontos vulneráveis, uma equipe de técnicos da UFC/BNB assume o seu comando e o rebatiza com a denominação de PUDINE. O município de Sobral será o centro de atuações desse programa, que ali será responsável pela instalação de três estabelecimentos industriais: um beneficiador de castanhas de caju, um produtor de materiais de construção e um produtor de leite pasteurizado (SOARES)(12).

Cabe ressaltar que, com a implementação do Projeto Asinou e do PUDINE, o Estado do Ceará mostrou o seu pioneirismo na adoção de uma política de industrialização voltada para o interior.

2.2.1 A consolidação da dependência e da complementaridade da indústria nordestina em relação à indústria do Sudeste na década de 1970

Se a influência da proposta de industrialização do GTDN, que tinha por base a "intensificação dos investimentos industriais, visando criar, no Nordeste, um centro autônomo de expansão manufatureira", foi marcante, especialmente nos quatro primeiros planos de desenvolvimento regional, elaborados pela SUDENE, é na década de 1970 que a evidência e a força dos processos que orientam a expansão capitalista, em escala nacional, fazem com que diretrizes mais explícitas de integração industrial sejam incluídas na política industrial apresentada pela SUDENE para a Região (ARAÚJO)(5).

Em conseqüência disso, se no início do processo de "ajustamento" da estrutura industrial nordestina ao estilo de industrialização brasileira adotado a partir dos anos 1950, a função do Nordeste já fora definida como a de produtor de bens intermediários, nos anos 1970, essa função foi reafirmada com a prioridade atribuída aos grandes complexos de insumos básicos (polos petroquímico, cloroquímico e produtor de fertilizantes potássicos e de barrilha, por exemplo) (ARAÚJO)(5).

O desempenho experimentado, no Nordeste, pelos segmentos produtores de bens intermediários foi tão fantástico que, ao absorverem quase 60% dos investimentos realizados pelo sistema de incentivos fiscais e financeiros do 34/18 – FINOR, aumentam eles sua participação de 16% para 41% no Valor da Transformação Industrial (VTI) da Região, entre 1950 e 1975. Enquanto isso, a produção de bens de consumo não duráveis, antiga especialidade do Nordeste, tem seu peso reduzido de 83% para 48% do VTI, no mesmo período (SUDENE/BNB)(14).

Esse declínio da participação do setor produtor de bens de consumo não duráveis, no VTI do Nordeste, é a contrapartida da liderança assumida pelas indústrias ditas "dinâmicas" no tocante aos investimentos do 34/18 – FINOR: as indústrias química, metalúrgica, de minerais não metálicos, de material elétrico e de comunicações, de papel

e papelão passaram a carrear a maior parte dos recursos desse sistema de incentivos (SUDENE/BNB)(14).

No Estado do Ceará, à semelhança do que aconteceu no restante da Região Nordeste, foram as indústrias não tradicionais que captaram o maior número de inversões e, por consequência, as que apresentaram mais intenso crescimento relativo. Dessa forma, os gêneros industriais denominados dinâmicos, tais como material elétrico e de comunicações, mecânica e papel e papelão, foram os que mais elevaram o número de estabelecimento de 1960 a 1975. Ao lado dos quais, também sobressaíram, com um crescimento bastante elevado, os gêneros: metalúrgico, químico, de material de transporte, borracha e de produtos de matérias plásticas (que não contava com nenhum estabelecimento em 1960 e passou a registrar oito no Censo Industrial de 1975). Enquanto isso, os gêneros industriais que integram o ramo denominado de tradicional, tais como: o de produtos alimentares, o editorial e gráfico, o de bebidas, o de fumo e o de couros e peles, apresentaram fraco desempenho entre 1960 e 1975 (SUDENE/BNB)(14).

Por sua vez, os gêneros vestuário, calçados e artefatos de tecidos, embora se constituíssem em atividades industriais com bastante tradição na economia cearense, colocaram-se, em conjunto, apenas no quinto lugar, dentre os que mais elevaram o número de estabelecimentos no período 1960-1975 (SUDENE/BNB)(14).

O caráter dependente e complementar do crescimento industrial nordestino, que se intensificou, ainda mais, durante a década de 1970, mostrou-se mais acentuado nos Estados de Pernambuco e da Bahia do que no Ceará. Até 1977, o capital oriundo da Região Nordeste e investido na indústria cearense representou 49,53% do valor total, contra 22,87% na pernambucana e 15,96% na baiana (SUDENE/BNB)(14).

No contexto do processo em análise, a dependência das indústrias incentivadas no Nordeste cresceu não apenas em relação à venda dos seus produtos, porém, também, no que concerne à aquisição dos insumos utilizados. Todavia, a indústria cearense, quando cotejada com as dos dois Estados líderes da região, colocou-se em posição mais favorável quanto ao primeiro aspecto, já que, enquanto no Ceará mais de 50% do valor das vendas da produção de suas empresas incentivadas se destinavam ao mercado regional, até 1977, em Pernambuco e na Bahia, esse valor correspondeu a 49,24% e 26,78%, respectivamente, no

mesmo período. Já no que diz respeito aos insumos adquiridos pelas empresas cearenses, quase metade do seu valor foi despendido fora da Região até 1977 (SUDENE/BNB)(14).

Apesar do melhor desempenho demonstrado pelos setores ditos "dinâmicos" em relação aos tradicionais, no que concerne à criação de novos estabelecimentos, no período 1960-1975, a indústria cearense continuava a apresentar, em 1974, uma maior participação relativa, em termos de Valor da Transformação Industrial (VTI), dos gêneros tradicionais, que contribuíram com 66,3% do valor total nesse ano, como é possível se constatar na tabela 7.

Tabela 7 - Indústria de Transformação: Gêneros e Percentuais.

Gêneros	Estrutura Percentual			Taxas Geométricas de Crescimento Anual (%)	
	1959	**1970**	**1974**	**1959-70**	**1970-74**
Tradicionais	**66,0**	**66,4**	**66,3**	**9,9**	**16,8**
Produtos Alimentares	14,6	30,3	21,8	17,3	7,7
Bebidas	2,3	2,1	3,5	9,1	32,6
Fumo	2,4	0,3	-	- 9,0	-
Couros e Peles	0,9	0,3	1,2	- 0,2	61,1
Têxtil	35,1	20,9	29,2	4,8	27,0
Vestuários e Calçados	3,3	5,5	5,5	14,9	16,8
Madeira	2,2	1,5	0,9	6,2	3,0
Mobiliário	1,3	2,6	1,7	16,9	4,8
Editorial e Gráfica	2,8	2,4	2,0	8,2	12,0
Diversos	1,1	0,5	0,5	2,8	14,4
Dinâmicos	**34,0**	**33,6**	**33,7**	**9,7**	**16,6**
Minerais Não Metálicos	8,4	6,0	5,2	6,6	12,6
Metalúrgicos	3,4	8,3	10,3	19,1	23,2
Material Elétrico e de Comunicações	0,3	1,1	2,7	23,0	47,1
Material de Transporte	0,1	0,7	-	39,0	-
Papel e Papelão	0,1	0,4	0,8	31,1	40,9
Borracha	0,5	0,2	0,7	1,4	54,7
Químicos	17,0	14,3	10,6	8,1	8,5
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,8	0,4	-	4,8	-
Perfumaria, Sabões e Velas	3,0	0,7	0,8	- 3,9	22,3
Produtos de Matéria Plástica	-	0,4	0,5	-	26,8
Indústria de Transformação	100,0	100,0	100,0	9,8	16,8

Fonte: Anuário do Ceará(3).

Por fim, vale salientar que, se a indústria de transformação cearense experimentou durante a década de 1960, um crescimento médio anual de 9,8%, muito acima da taxa apresentada pelo setor no Nordeste, no mesmo período, em torno de 5,6% ao ano, esse desempenho se inverteu, entre 1970 e 1974, quando a indústria nordestina cresceu a uma taxa de 21,9% ao ano e a do Ceará, a 16,8% na média anual (ANUÁRIO DO CEARÁ)(3).

2.1.2 O III Polo Industrial do Nordeste

A partir de 1978, o processo de industrialização do Ceará ganharia um novo e significativo impulso com a instalação do III Polo Industrial do Nordeste, que teria como objetivo fundamental o estabelecimento ou consolidação dos polos metal-mecânico, têxtil, de vestuário e coureiro.

A base material para a consecução desse objetivo seria assentada nos distritos industriais que se implantariam, no Estado, da seguinte forma: a Região Metropolitana de Fortaleza sediaria três deles, dois no Município de Maracanaú (o DIFI e o DIF III) e um, no Município de Caucaia (o DIF II), Sobral, a Região do Cariri, Quixadá e Iguatu contaria, cada um deles, com um distrito.

Em 1990, o processo de implantação do DIF I já tinha sido concluído e possuía uma área de 1.013 hectares, com 113 empresas, 51 das quais em plena atividade, gerando 12.500 empregos. O DIF III, também localizado em Maracanaú, contava com três indústrias construindo suas instalações. O DIF II, em Capuan, Caucaia, tinha três empresas instaladas. O Distrito Industrial de Sobral, com 275 hectares, sediava oito empreendimentos, funcionando plenamente. O Distrito Industrial do Cariri, já dispunha de infraestrutura básica de água, energia e telefonia, bem como de acesso pavimentado a uma área de 176 hectares. Os distritos de Quixadá e Iguatu, embora legalmente criados, ainda estavam em processo de implantação (ANUÁRIO DO CEARÁ)(3).

Pelo descrito acima, pode-se concluir que, doze anos após a instalação do III Polo Industrial do Nordeste, a estrutura industrial do Estado, da perspectiva espacial, não se modificara, permanecendo concentrada, em quase sua totalidade, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Não seria descabido afirmar que o processo de implantação do III Polo Industrial do Nordeste representou a última grande ação de intervenção planejada no Estado do Ceará, nos moldes das políticas públicas que foram adotadas, a partir dos anos 1960, visando estimular o desenvolvimento industrial nordestino e cearense.

2.3 A fase da "Guerra Fiscal" (1987-2000)

Por volta de 1987, encerra-se a fase da economia em que o planejamento econômico coordenado pela SUDENE determinava o ritmo de inversões nos estados nordestinos e tem início uma nova fase, que se caracterizará pelo limitado papel desempenhado pela SUDENE e pela ascensão das políticas públicas estaduais, a chamada "Guerra Fiscal", como principal instrumento de atração de investimentos*.

Nesse novo contexto, os governos estaduais que se sucedem no Ceará, a partir de 1987, passam a adotar uma agressiva política de desenvolvimento econômico, baseada na concessão de incentivos fiscais aliada à implementação de grandiosos projetos de infraestrutura, visando à atração de capitais nacionais e estrangeiros para investimentos no Estado.

Na consecução desse objetivo, os principais atrativos oferecidos, pelo governo estadual, para que novas indústrias se instalem no Ceará, passam a ser, além do baixo custo da mão de obra, que é essencial para os setores de tecnologia trabalho-intensivo, como os de calçados e confecções, a concessão de benefícios fiscais e a criação de infraestrutura básica.

No tocante aos benefícios fiscais, são eles concedidos pelo governo estadual, por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), que propicia ao investidor a possibilidade de financiamento parcial do Imposto de Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS), nas seguintes condições:

---

* Em decorrência do esgotamento das políticas keynesianas, adotadas, em todo o mundo, a partir da Grande Depressão, começam a ser gestadas, em escala mundial, de meados da década de 1970 em diante, profundas crises nas finanças públicas, que forçarão uma redefinição do papel do Estado na economia.
O caráter liberal assumido pelo Estado, desde então, é a expressão da impossibilidade da manutenção dos gastos públicos nos elevados níveis que caracterizavam o auge das políticas keynesianas. No Ceará, o primeiro "Governo das Mudanças", que tem início em 1987, será o marco dessa transição de um Estado keynesiano para um Estado liberal.

a) As plantas industriais localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) são beneficiadas com um empréstimo de 45% do ICMS recolhido mensalmente pela empresa, com carência de 36 meses. Ao devolver cada parcela, o investidor ganha uma redução de 40% do valor devido. Esse benefício se dará por seis anos, ou 72 parcelas, prorrogável, por igual período, em caso de ampliação da indústria.

b) No caso de plantas industriais localizadas fora da RMF, o FDI oferece empréstimos de 75% do ICMS (totalidade da parcela estadual) efetivamente recolhido, mensalmente, pela empresa, com carência de 36 meses para pagamento. Ao devolver cada parcela, o investidor terá uma redução de 75% do valor devido. Esse benefício é prorrogável, por igual período, no caso de ampliação do projeto. Os valores devidos são corrigidos pela taxa de juros a longo prazo (TJLP).

O Estado ainda concede benefícios específicos, dentro das peculiaridades de cada projeto, nas formas de isenção / diferenciamento de ICMS no seguinte caso: importação de bens de capital para indústria, mediante requerimento à Secretaria da Fazenda, sendo incorporada, ao ativo fixo da empresa, a respectiva parcela do ICMS, que somente será recolhida à Fazenda Estadual, quando da alienação do bem (REVISTA DA FIEC)(10).

No que diz respeito à infraestrutura básica, o governo do Estado garante às indústrias, de qualquer atividade ou origem, acessos, água, energia e comunicação, bem como o local de instalação da planta (REVISTA DA FIEC)(10).

Em decorrência dessa política de atração de investimentos, no período 1995-2002, instalaram-se, no Ceará, 635 empresas nacionais e estrangeiras, gerando investimentos diretos de US$ 6,8 bilhões e criando 151.741 empregos diretos e 608.444 indiretos. Some-se a isso que mais 100 empresas já haviam assinado protocolo de intenções, o que representaria mais um total de US$ 500 milhões em investimentos. No período 1998-2005, os investimentos realizados ou programados para o Estado deveriam atingir US$ 9,344 bilhões (GAZETA MERCANTIL)(7). (Tabela 8).

Tabela 8 - Ceará: Investimentos (1998 – 2005).

Setor	Total (US$ milhões)
Serviços Públicos	2.829,00
Química e Petroquímica	1.836,40
Transporte e Armazenagem	1.724,32
Serviços Gerais	1.205,60
Metalurgia	800,00
Bebidas e Fumo	340,00
Autopeças e Material de Transporte	216,00
Têxtil e Couro	99,70
Alimentos	82,50
Mecânica	62,10
Informática e Telecomunicações	40,00
Construção	38,40
Eletroeletrônica	27,90
Madeira / Móveis / Papel	25,10
Comunicação	10,00
Não metálicos	4,50
Farmacêuticos / Higiene	2,50
Total	9.344,02

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

Já no que diz respeito especificamente ao setor industrial, o Estado recebeu 370 indústrias de 1994 a 1998, de acordo com o BNDES, e ocupava, em 1999, as posições de 2º. polo têxtil, 3º. polo calçadista e 2º. em moagem de trigo do Brasil, bem como a de 1º. polo metalmecânico do Norte-Nordeste (idem). (Tabela 9).

Tabela 9 - Empresas que optaram por investir no Ceará.

Empresas	Atividades
Grendene	Calçados
Grupo Vicunha	Têxtil
Parmalat	Laticínios e concentrados de frutas
Antárctica	Cerveja e refrigerante
Kaiser	Cerveja
Danone	Laticínios
Avon	Cosméticos
HB	Calçados
Vulcabrás	Calçados
White Martins	Gases industriais7
Mallory	Eletrodomésticos
Dakota	Calçados
Rigesa	Embalagens de papelão
Singer	Máquinas de costura
YKK	Zippers
Marisol	Confecções de roupas

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – SDE.

O parque têxtil cearense, após a arrancada da fiação e tecelagem na década de 1980, consolidou-se e era, em 2002, o mais moderno, do ponto de vista tecnológico, e o segundo maior do país, em capacidade de produção. Apresentava um faturamento global de US$ 2 bilhões por ano e tinha peso decisivo na composição do PIB da indústria de transformação cearense (GAZETA MERCANTIL)(7).

Dentre as empresas que atuavam no setor de fiação e tecelagem, duas mereciam destaque: a Vicunha do Nordeste e a Têxtil Bezerra de Menezes (TBM). A primeira delas, que iniciou suas atividades, no Ceará em 1984 contava, em 2002, com mais de 8,3 mil empregados em cinco unidades industriais no Estado. Nas suas fábricas de Maracanaú existiam as seções de tecelagem de índigo mais modernas do Brasil. Já a TBM acabara de investir, em 2002, US$ 22 milhões na modernização de duas unidades próprias de produção e US$ 12 milhões para a instalação de uma malharia. Com esses investimentos, a sua produção de fios passaria de 1,8 mil para 2,4 mil toneladas (GAZETA MERCANTIL)(7).

O polo calçadista cearense, em decorrência da migração de fábricas do Rio Grande do Sul para o Estado, ganhou fantástica expansão de 1996 em diante, como se pode ver pela evolução das exportações de calçados: de modestos US$ 3 milhões em 1996, o valor das vendas para o exterior superou US$ 30 milhões em 1999 (GAZETA MERCANTIL)(7).

Mereciam relevo, dentre as empresas que atuavam no ramo calçadista no Ceará: a Grendene, com unidades de produção já instaladas no Crato, Fortaleza e Sobral, onde empregava 12.000 pessoas, na maior escala de produção do Estado, e uma a ser construída em Horizonte, que deveria produzir sapatos Vulcabrás, e a Dakota, com fábricas em Iguatu, Russas e Maranguape, empregando 5,2 mil funcionários em 2002, número que deveria aumentar para 10,7 mil, com a conclusão da nova fábrica de Russas e a ampliação da unidade de Maranguape (GAZETA MERCANTIL)(7).

No tocante ao setor de moagem de trigo, o Ceará contava, em 2002, com três grandes moinhos (Fortaleza, Cearense e Dias Branco), que conferiam ao Estado o 2º. lugar, no Brasil, na moagem de trigo. Cabe ressaltar que significativa contribuição para a expansão dessa atividade foi dada com a instalação do Moinho Dias Branco, já que a Fábrica Fortaleza, a maior do ramo de massas alimentícias do Brasil, fazendo parte do mesmo grupo econômico proprietário dele, tinha seu

fornecimento de matérias-primas originado nesse moinho (GAZETA MERCANTIL)(7).

No Ceará, onde o consumo de ações planos já era o maior do Nordeste, o setor metal-mecânico, que vinha crescendo acima da média nacional, deverá passar por uma acentuada expansão quando entrar em operação a Cia. Siderúrgica Cearense (CSC). Empresas como a Metalic, a Mecesa, a Durametal e a Esmaltec estavam na linha de frente desse crescimento do setor, cuja produção se expandiu em 55% entre março de 1998 e março de 1999 (GAZETA MERCANTIL)(7).

O segmento produtor de latas, que foi o maior responsável pelos ótimos índices de desempenho apresentados pelo setor metal-mecânico cearense supracitado período, contava com a participação da Metalic, fabricante de latas de aço para a indústria de bebidas, e com a da Mecesa, que produzia latas litografadas para as indústrias de tintas, óleos e solventes (GAZETA MERCANTIL)(7).

Cabe salientar também que, no contexto dessa nova política industrial, implementada desde 1987, com a ênfase atribuída aos programas de interiorização do desenvolvimento, foram criados novos polos industriais, como os de Horizonte, Pacajus e Acarape, e revitalizados e ampliados polos já existentes, como os de Sobral e da Região do Cariri, bem como 60 municípios tiveram indústrias instaladas de 1995 a 1999, o que gerou 64 mil empregos diretos (GAZETA MERCANTIL)(7).

Não seria demais lembrar que esse processo de interiorização da indústria cearense deveria se aprofundar, ainda mais, num futuro recente, quando estivessem instalados 100 minidistritos industriais, com galpões simples de 200m^2, destinados a micros e pequenos empresários (idem).

É digno de nota, por fim, que essa industrialização do interior tem contribuído para agravar o desequilíbrio de participações no PIB cearense entre a agropecuária e a indústria: em 1977, a primeira participava dele com 23,57% e a segunda, com 27,71%. Vinte anos depois, em 1997, a participação do setor agropecuário caíra para 8,5% e a do industrial crescera para 35,82% (FARIAS)(6).

Como todo o esforço econômico do Ceará, no período 1987-1998, foi dedicado à industrialização, esperava-se que o Estado se destacasse com as maiores taxas de crescimento industrial, dentre os estados nordestinos, nesse intervalo de tempo. Porém, não foi isso que

aconteceu. Comparando-se com o crescimento industrial agregado do Nordeste, que foi de 38,60%, o PIB industrial cearense cresceu bem mais, isto é, 63% para o período 1987-1998. No entanto, foi muito pouco, se comparados com os 355,5%, verificados no Estado, no período 1975-1986. Se estas diferenças absolutas são elevadas, as das posições relativas também o são. No período 1975-1986, o Ceará ocupava a segunda posição em crescimento industrial na Região, perdendo apenas para o Rio Grande do Norte. Já no período 1987-1998, ele cai para a quinta posição, sendo superado pelo Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba (SOARES)(13).

No entanto, esperava-se reverter este quadro negativo, à época, ainda na primeira década do próximo milênio, como consequência da: a) concretização de grandes obras de infraestrutura; b) criação de centros de atração de indústrias de matérias-primas acabadas, visando atrair indústrias consumidoras; c) conclusão das obras do Complexo Industrial e Portuário do Pecém; e d) implantação do Polo Tecnológico de Maracanaú ("Cidade Tecnológica")

Considerações Finais

As conclusões mais relevantes a que chegamos nesta modesta tentativa de reconstituição da história da industrialização do Ceará, que se estende de 1881 a 2000, serão aqui apresentadas no contexto das fases em que dividimos essa história, a saber:

a) Na Fase Espontânea (1881-1950), foram identificados três significativos surtos de inversões industriais no Ceará. O primeiro deles, que marca o início do processo de industrialização no Estado, ocorrerá nos dois últimos decênios do século XIX e é uma consequência da expansão econômica, vivida no Ceará, motivada pelo "boom" algodoeiro de 1864-1975, dos elevados gastos públicos com a seca de 1877-1979 e da intensificação do tráfico negreiro Ceará – províncias cafeeiras do Sul. O segundo surto, que é um reflexo da expansão das exportações cearenses de algodão no pós-Primeira Guerra Mundial, terá seu começo em 1919 e se prolongará até 1929. Por fim, o terceiro surto de investimentos (de 1939 a 1941), que se restringirá à instalação de estabelecimentos produtores de óleos vegetais, terá sua maior motivação na instauração das exportações de óleo de oiticica, pelo Ceará, a partir de 1934.

Nessa fase, constatamos, ainda, a ocorrência de um outro fato de grande relevância para a história industrial do Ceará: a prosperidade econômica, em termos de produção e lucros, vivida pelos setores produtores de óleos vegetais e de tecidos de algodão, como uma decorrência de estímulos trazidos com a Segunda Guerra Mundial.

b) Na Fase de Intervenção Planejada (1950-1987), a indústria cearense conhecerá um período crítico, que iniciando no começo dos anos 1950, prolongar-se-á até meados da década de 1960, e marcará o encerramento de atividades de diversos estabelecimentos industriais. Essa fase será marcada, não somente para a indústria cearense, mas para toda a indústria nordestina, pela redefinição de suas funções diante da indústria do Sudeste, que passarão a ser de dependência e complementariedade.

c) Na Fase da "Guerra Fiscal" (1987-2000), como uma decorrência do esvaziamento das políticas públicas de caráter keynesiano, que vinham sendo implantadas desde os anos 1950, para fomentar o desenvolvimento econômico do Nordeste, o Estado do Ceará passa a adotar uma agressiva política industrial, baseada na concessão de incentivos fiscais aliada à instalação de grandes obras de infraestrutura, visando atrair capitais nacionais e estrangeiros para inversões industriais no Estado.

Referências Bibliográfica

ALMEIDA, M. I. R. *A História da indústria de óleos vegetais no Ceará: 1990-1969***.** Fortaleza, UFC, 1989.

ANDRADE, M. C. de. *Estado, capital e industrialização do Nordeste***.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

ANUÁRIO DO CEARÁ (1970 a 1991).

ARAGÃO, E. F. A Trajetória da indústria têxtil no Ceará: *o setor de fiação e tecelagem – 1880-1950***.** Fortaleza, UFC, 1989.

ARAÚJO, T. B. de. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: Nordeste – estrutura econômica e social, desenvolvimento e processos políticos. Recife, CMS/PIMES, 1982.

FARIAS, A. de. *História do Ceará – dos índios à geração Cambeba*. Fortaleza, Tropical, 1997.

GAZETA MERCANTIL. Balanço anual – Ceará (1998-1999).

GIRÃO, R. *História econômica do Ceará*. Fortaleza, Instituto do Ceará, 1947.

NOBRE, G. da S. *O Processo de industrialização do Ceará*. Fortaleza, SENAI/DR-CE, 1989.

REVISTA DA FIEC. Assessoria de Imprensa do Núcleo de Comunicação do Sistema FIEC, Fortaleza, 12 mai.2000.

SINGER, P. I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974.

SOARES, F. de A., ROCHA, E. E. O pioneirismo do Ceará em programas de industrialização. In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 20, n. 3, Jul./Set. 1989.

SOARES, F. de A. Crescimento do CE: 1975-86 x 1987-98, In: *O Povo*, Fortaleza, 21 nov. 1999.

SUDENE/BNB. Pesquisa junto às empresas industriais beneficiadas com recursos do sistema de incentivos fiscais da SUDENE (34/18 e/ou FINOR). Fortaleza, 1978. (Mimeo)